

«A pior miséria do País é aquela que
sofre em silêncio e num objecto de
lutas sindicais ou partidárias».

SOARES CARNEIRO

A Voz do Lixo

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Preço Avulso: 6\$00

N.º 786

ANO XXVII

10-7-1980

Composição e impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

GRAFICA LOULETANA

Telef. 6 25 36

LOULÉ

FRENTE SOCIALISTA:

METER A CABEÇA NUM POÇO VAZIO

— por LUIS PEREIRA —

Mário Soares quer «praticar a sua ciência». Sede de poder ou cansaço de ser político? O projecto é irrealista e os estatutos são as travessuras de Cunhal. A Reforma Agrária é a do Lopes Cardoso, o Sousa Franco dá o toque na socialização económica e a liberdade é o cachimbo inglês do Magalhães Mota. Mário Soares quer mimar a força. Depois de nos bater com o cinto apertado. E julga que vai ganhar as eleições por antecipação. No meio da Frente Socialista há um buraco redondo.

Os portugueses
que se prezam,
respeitam as bandeiras
de todas as nações

Vêm as presentes linhas a propósito de manifestações de protesto pela vinda ao nosso País do Presidente dos E. U. A., nas quais, através da T. V., se viu queimar a bandeira americana, obra de partidos políticos que se dizem progressistas, mas que ao fim e ao cabo têm mais de anarquistas que de democratas.

Actos desta natureza, condenáveis sob todos os aspectos mancham quem os pratica, co-

(continua na pág. 3)

do tão igual às argolas do Povo Unido. É o alcapão da má-fé, de quem não aceita nem mesmo o eleitoralismo que apregoa.

Estou à espera de ver os so-

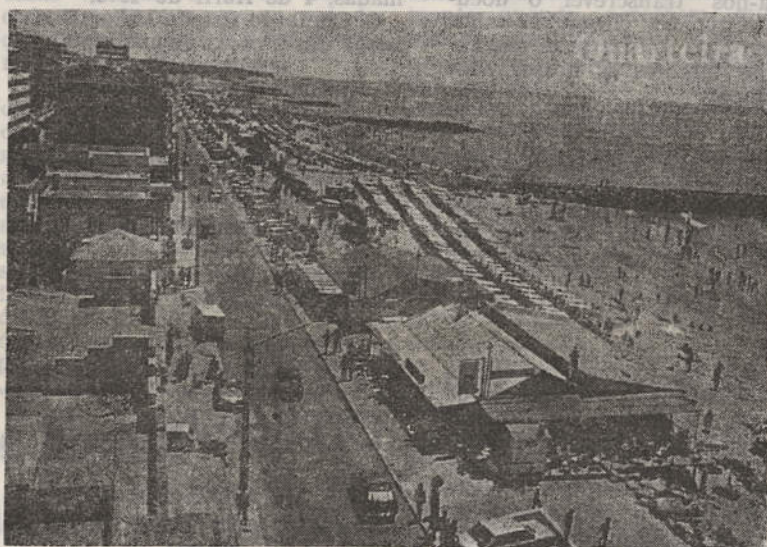
(continua na pág. 3)

O lixo e os contentores

Desde há alguns anos que tem vindo sendo posta em prática o uso dos contentores como forma de acabar com o lixo derramado nas ruas pelos cães e também pelas pessoas menos cuidadosas a quem a sujidade das ruas ou das suas próprias

(continua na pág. 3)

QUARTEIRA VOLTA A ANIMAR-SE



De novo o Verão e de novo o bulício voltou a Quarteira com a contínua chegada de forasteiros que vêm deliciar-se com a carícia do nosso Sol, a amenidade do nosso clima e a quietude das nossas águas atlânticas.

Entretanto rasgam-se novos horizontes a uma terra virada ao futuro, com a abertura de novas estradas, o arranjo de velhas ruas, enquanto a constru-

ção civil volta à febril actividade de antes do 25 de Abril.

Em cada dia que passa, Quarteira experimenta novo progresso, maior crescimento, mais e melhores edifícios, novos e modernos estabelecimentos comerciais, numa imparável ansia de desenvolvimento e já com a confiança dum futuro que pela primeira vez experimenta após o 25 de Abril.

Centro Regional de Segurança Social

— uma vontade decidida

É necessário uma estrutura que garanta eficácia operacional aos serviços de segurança social. Por outro lado é urgente desconcentrar as tarefas e regionalizá-las de modo a que a sua função tenha uma órbita de acção mais ampla. Serviços que funcionem com normas coerentes e democráticas, consoante as necessidades de cada área, com base na competência e humanismo, são a garantia de que os cidadãos podem confiar nas instituições, na dinâmica das estruturas e na evolução dos processos. Por outro lado impõe-se a clarificação da disciplina e o respeito, porque um serviço social nada tem a ver com o estatuto de um partido político.

O Centro Regional de Segurança Social de Faro deverá possuir o pessoal indispensável ao funcionamento dos serviços, exigindo competências e quadros especificamente dotados de conhecimentos humanos, pois os serviços públicos têm andado no turbilhão das ondas políti-

cas, com sopradas roufenhas, ar inchado ou cor antipática.

A valorização dos serviços passa necessariamente pelo entendimento da pessoa humana, pelos princípios morais de uma sociedade, pelo diálogo franco e aberto, sem teias de aranha, sem o ar gripado de certas caras de barba propositada.

Que haja a intenção de disciplinar o funcionamento do Centro, que cada um seja senhor das suas responsabilidades.

TENSÃO À VISTA

— Um exclusivo
desta
«Democracia»

(PÁGINA 7)

CORONEL FAUSTO LAGINHA DOS RAMOS

O Coronel Fausto Láginha dos Ramos é um dos nossos amigos dos distantes tempos da instrução primária que mais se tem distinguido ao longo duma vida profissional inteiramente dedicada ao cumprimento dos seus deveres.

Militar apurado, de vincada personalidade, de perspicaz e excepcional inteligência, sempre se caracterizando ao longo da sua carreira como um dos mais brilhantes oficiais do seu curso, sabendo impôr-se como oficial distinto e Homem compreensivo no trato com os seus subalternos, grangeando-lhes a simpatia e o respeito de que tem sido merecedor.

Notoriamente modesto, o Coronel Fausto Láginha Ramos é um dos mais ilustres louletanos da nossa geração, mas cujo real mérito tem passado despercebido à maioria dos seus conterrâneos, porque sempre tem evitado distinguir-se de entre os demais, sendo bem conhecida a sua recusa constante em aceitar cargos para cujo desempenho tem sido convidado e onde te-



Coronel Fausto Láginha Ramos

ria tido oportunidade de revelar a sua invulgar capacidade de trabalho, discernimento e douta inteligência. E com isso o País só teria a ganhar. Mas é

(continua na pág. 2)

SISTEMA INTEGRADO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO — S.I.I.I.

Uma nova dinâmica

para estímulo ao investimento privado

Tendo por objectivo principal a dinamização da actividade produtiva nacional, foi recentemente aprovado um diploma que criou o SISTEMA INTEGRADO DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO (já conhecido por S. I. I. I.), o qual visa estimular a criação de novas empresas e o desenvolvimento das já existentes através da facilidade de crédito até agora nunca concedidas e que por isso mesmo poderão dar forte contributo para que o País se lance, finalmente, nos caminhos duma industrialização que dei-

xe de nos envergonhar perante uma Europa evoluída na qual estamos integrados geograficamente e a que teremos de nos ligar economicamente — sob

pena de continuarmos como os mais pobres e atrasados deste velho continente.

Consciente desta realidade, o

(continua na pág. 2)

ALGARVE, NÃO É SÓ LITORAL!...

por LUIS SIMÕES

«Há que acreditar na luxuriante paisagem, de beleza do interior algarvio. Há que

descongestionar, hábilmente o turismo do litoral e canalizá-lo, também ao hinterland deste rincão meridional, deste Algarve branco».

ALTE COMO EXEMPLO!

Ao despontar uma manhã solarenta, num dia sonolento de Céu azul, nesta «albinitente» aldeia do barrocal algarvio.

O extraordinário conjunto de belezas e atractivos que a tornam lugar privilegiado e fascinante para os seus habitantes e também para quantos a esco-

(continua na pág. 3)

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

e a escolaridade obrigatória

(VER PÁGINA 4)

Através da Caixa Geral de Depósitos

Governo lança autêntico desafio

ao dinamismo dos jovens

e ao espírito de iniciativa dos empresários

(VER PÁGINA 10)

Uma nova dinâmica para estímulo ao investimento privado

(continuação da pág. 1)
Conselho de Gestão do Banco Pinto & Sotto Mayor está querendo tornar mais conhecidas dos portugueses as novas (e até diríamos revolucionárias, no bom sentido da palavra) modalidades de crédito que na verdade são verdadeiramente aliciantes para o empresário que queira investir e contribuir para o desenvolvimento do País.

As medidas agora tomadas são realmente necessárias porque:

- É urgente combater a elevada taxa de desemprego.
- Combater a inflação.
- Aumentar a produtividade.
- Estimular o investimento, através do qual se fará diminuir o desemprego.

A iniciativa privada pode as-

sim constituir uma forte base de apoio ao desenvolvimento do País, aproveitando as excelentes oportunidades que lhe são facultadas pelo novo decreto, o qual contém inovações que não cabem numa pequena local deste jornal.

No entanto, no próximo número, voltaremos a este tema com novos elementos que nos foram fornecidos na reunião em que participámos no dia 30 de Junho e teve lugar no Hotel EVA com a presença de numerosos industriais algarvios, potenciais investidores e portanto interessados em contribuir para o desenvolvimento regional de uma província com perspectivas de um futuro brilhante — se as forças do mal a não destruírem.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-115, de fls. 43 a 44 v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Manuel Salgado, Pedro e mulher, Maria da Glória Lourenço, residentes no sítio da Franqueada, freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé, declararam o seguinte:

Que até seis de Dezembro do ano findo — data em que por escritura lavrada a folhas nove, do livro número C-cento e doze, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, o doaram a suas filhas Maria Dulcelina Lourenço Pedro e Maria Judite Lourenço Pedro, nos termos constantes dessa escritura — eram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: — rústico, constituído por uma courela de terra de barrocal, com árvores, no sítio do Barrocal de Almansil, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando actualmente, do norte com herdeiros de Manuel Leal Farrajota, do nascente com José dos Cabeços e outros, do sul com herdeiros de Manuel Leal Farrajota e outros, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número cinco mil cento e onze, com o valor matricial de dez mil e oitocentos, escudos e a que atribuem o de vinte mil escudos;

Que ele justificante varão é titular da referida inscrição matricial e que o prédio supra descrito lhes pertenceu até à citada data de seis de Dezembro do ano findo, pelo facto de,

O mesmo ter sido doado,

sem qualquer reserva ou encargo, à mulher, já ao tempo no estado de casada com ele justificante, por seus pais, Manuel João Lourenço e Maria Teresa, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e que foram residentes no aludido sítio da Franqueada, da freguesia de São Clemente, deste concelho, em data imprecisa, mas que sabem ter sido no começo do ano de mil novecentos e quarenta e nove, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a referida data, sempre possuíram o prédio supra descrito, em nome próprio e sem oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo assim a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que, na data em que, pela citada escritura de seis de Dezembro do ano findo, o transmitiram a suas filhas, já o haviam adquirido por usucapião; e

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, até à data em que o transmitiram, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de
Loulé, 26 de Junho de 1980.
O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

ARMAZÉM EM BOLIQUIME

Vende-se um armazém com área coberta de 300 m2 e terreno anexo 600 m2 (aproximadamente).

Localizado junto à estação do Caminho de Ferro de Boliquireme.

Preço: 4 000\$00 m2, sujeito a oferta.

Com chave na mão.
Tratar pelo telefone 66112 — BOLIQUIREME.

(3-2)

CORONEL FAUSTO LAGINHA DOS RAMOS

(continuação da pág. 1)
extremamente difícil mudar o temperamento das pessoas e por isso este nosso Amigo se tem mantido quase no anonimato numa carreira onde tanto tem contribuído para prestígio e engrandecimento das forças armadas.

Disso se aperceberam claramente os seus colegas de armas que tão bem o conhecem ao longo da sua vida profissional, pelo que não podiam deixar passar a oportunidade da sua passagem à reserva para lhe prestarem a homenagem de que é digno, através dum louvor que anula tudo o que pudessemos dizer acerca dum Homem cujas qualidades lhe são superiormente reconhecidas.

O Louvor a que nos estamos referindo foi-lhe conferido pelo Chefe do Estado das Forças Armadas em 4 de Abril de 1978, mas só por mera casualidade chegou ao nosso conhecimento, sem que o próprio tivesse conhecimento e de cuja origem talvez nem suspeite. Mas o Fausto merece que isto seja divulgado para que os seus amigos e contemporâneos saibam o que ele tem sido e tem feito ao longo dum carreira profissional inteiramente dedicada ao serviço das Forças Armadas — prestigiando-as muito mas sabiamente.

Face ao que atrás foi dito, resta-nos transcrever o documento que nos chegou às mãos e com cuja leitura se devem regosijar também os nossos contemporâneos:

LOUVOR

Louvo, por proposta do Brigadeiro adjunto do Departamento de pessoal e Logística, o Coronel de Infantaria Fausto Láginha dos Ramos pela acção que tem vindo a desenvolver nas árduas e difíceis funções de Chefe da Divisão do Pessoal do E. M. G. F. A. há mais de dois anos.

Oficial muito competente, com extraordinárias qualidades de trabalho, de ânimo forte, perseverança e de elevada capacidade intelectual, tem sabido, com o seu método, notório espírito de bom senso e reais qualidades de chefia, impulsionar e bem orientar os inúmeros, complexos,

trabalhosos e, por vezes, difíceis estudos cometidos à sua Divisão.

Consciente da acuidade dos problemas da Administração de Pessoal e dos seus reflexos sobre o Moral e Bem-Estar das Forças Armadas, tem-se imposto pelo cuidado, sentido de responsabilidade, espírito de justiça e imparcialidade com que apresenta os assuntos à consideração superior.

Oficial hábil no trato humano, inteligente e arguto de fácil poder de expressão e de raciocínio claro, possuidor de vastos conhecimentos técnicos e de larga cultura geral, dominando alguns idiomas, tem, com a sua presença em reuniões a nível nacional e internacional, nomeadamente na Nato, sabido impôr, prestigiar e engrandecer o bom nome das Forças Armadas Portuguesas.

Ótimo camarada, disciplinado e disciplinador, afável no convívio, tem criado dentro da sua Divisão um ambiente de boa vivência e coesão.

Esforçado e incansável, sacrificando-se à actividade profissional, com a qual muito se preocupa e é de extrema dedicação, o Coronel Láginha dos Ramos tem prestado às Forças Armadas óptimos serviços que devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

Estado-Maior das Forças Armadas, 4 de Abril de 1978.

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, (assinatura)

António Ramalho Eanes

ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Portaria de Condecoração

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com base em proposta do Brigadeiro Adjunto do De-

CITROEN I D

VENDE-SE
Contactar pelo Telef. 22666
FARO



CASA PORTUGUESA

ALUGUERES — COMPRA — VENDA

APARTAMENTOS

MORADIAS

TERRENOS

LOTES

A. I. A. — AGENCIA IMOBILIÁRIA DO ALGARVE, LDA.

Telef. 65763

Av. Infante Sagres, 67

8100 QUARTEIRA - Algarve

partamento do Pessoal e Logística, condecorar o coronel de infantaria Fausto Láginha dos Ramos com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos da alínea a) do art.º 25 do Regulamento da Medalha Militar, de 20 de Dezembro de 1971 e do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 715/74, de 12 de Dezembro.

Estado Maior das Forças Armadas, 4 de Abril de 1978.

O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas,
António Ramalho Eanes
(General)

A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80 TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pela Única Secção de Processos deste Tribunal Judicial da comarca de Albufeira, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado HEINZ DUDING, casado, residente na Alemanha e acidentalmente a habitar no Hotel Alfa-Mar, casa 82, na Praia da Falésia, em Albufeira, para no prazo de DEZ DIAS, posterior àqueles dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto do bem penhorado sobre que tenham garantia real, na Execução Ordinária movida por MARGARET ANNA ELISABETH DODING, residente em Pappelaal, 44, 4145, Toenisvorst, 1, na República Federal da Alemanha.

Albufeira, 20 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Arlindo Manuel Teixeira
Pinto

«A VOZ DE LOULÉ»

(2-2)

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

Há muito que é preocupação do Ministério procurar detectar as origens e motivos de fugas à escolaridade obrigatória. Infelizmente, no nosso País, registam-se percentagens consideradas alarmantes neste capítulo, originadas pelos mais variados motivos, de crianças que, encontrando-se na idade legal de frequentar um estabelecimento de ensino, absterem-se de fazê-lo.

Nesta sequência e indo ao encontro do estipulado no Despacho Normativo n.º 334/79, de 20 de Novembro e Dec.-Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro, a Direcção do Distrito Escolar de Faro, remeteu-nos um exemplar de um documento / Análise, o qual retrata o perfil no âmbito da Escolaridade Obrigatória no distrito de Faro, no ano lectivo 1978/79.

Foi elaborado um relatório sobre a dinamização da população, com a finalidade de cumprimento da Escolaridade obrigatória (6 anos). Efectuou-se um trabalho intensivo para apuramento das fugas à escolaridade e a DDE enviou aos pais uma carta alertando-os para a necessidade do cumprimento da escolaridade obrigatória. Foram desenvolvidas várias reuniões de carácter transparente no sentido do diálogo entre os Conselhos Directivos, os Encarregados de Educação, os Técnicos de Acção Social, etc., para estudo profundo deste grave problema.

O CRNASE 2 propôs à DDE, Técnica de Serviço Social e CRNASE 1, o estabelecimento de reuniões sistemáticas no sentido de uma planificação e análise dos trabalhos desenvolvidos no campo da dinamização, convidando as Câmaras e as Juntas de Freguesia a estarem presentes, contribuindo na dinamização a fazer in loco, às famílias das crianças em fuga.

Foram focados problemas de transportes, de carência ou alojamento, e a necessidade de ajudar as famílias mais necessitadas para que os seus filhos possam cumprir a EO.

As principais razões que levam à fuga, são as seguintes:

- Ida para o estrangeiro.
- Falta de interesse em estudar.

ARRENDAMOS

Aceitamos propostas para arrendamento de frutos nas árvores (alfarroba, amêndoa e figo), até 21 de Julho de 1980.

É de propriedade situada em Vila Sol (Morgadinho), Quarteira.

Tratar pelo Telef. 65377 — QUARTEIRA.

(4-3)

APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA D. AFONSO III - R/C, (JUNTO AO RESTAURANTE «A MINHOTA») — QUARTEIRA, OU PELO TELEFONE 65852 (das 20-22 h.).

Comunicado à População do Concelho de Tavira

- Necessidade dos pais trabalharem e ter que ficar, em casa, com os irmãos.
- Motivos desconhecidos.
- Mudança de residência.
- Doença.
- Deficiência na fala.
- Impossibilidade económica de suportar os encargos com o aluno.
- Receio de afastamento da localidade de residência.
- Outras razões.

Há a considerar o descrédito quase generalizado, quanto ao futuro do jovem estudante face ao trabalho. O emprego tornou-se difícil. O Ensino não procura a eficiência sem fadiga no trabalho mental. A Educação não pode ser boa numa sociedade em circunstâncias desfavoráveis, os antagonismos, as desigualdades, os vícios e as tentações políticas.

O jovem de hoje degrada-se porque ninguém lhe reconhece mérito.

As instituições assentam na obscuridade. O dia a dia é cada vez mais duro. O jovem não é livre na escolha de uma profissão. Depois existe o problema da falta de produtividade, logo de seguida a insatisfação moral.

O que vai ser do jovem se não lhe prepararmos o caminho?

O jovem precisa de fulgores que o façam ver horizontes...

POR ENSINO PERSONALIZADO

Promovido pelo I. D. L. do Porto realizou-se no último fim de semana um seminário para professores dos vários graus de ensino, que reunia cerca de duas centenas de participantes. Foram apresentadas algumas comunicações sobre matéria educativa, culminando o seminário com um importante colóquio, em que intervieram o Secretário de Estado Roberto Carneiro, a Directora-geral do Ensino Secundário, Dr.ª Maria Helena Córdão, elementos do MEC e professores. O diálogo aproximou o Secretário de Estado da Educação dos professores, numa afirmação de democraticidade, esclarecendo medidas legislativas, programas, exames, livros, situações profissionais, etc., etc.

A este debate assistiram alguns deputados da Assembleia da República, especialmente da Comissão de Educação.

Após a retirada do Secretário de Estado e da equipa do MEC, realizou-se uma sessão nocturna em que foi decidido, unanimemente, pelos participantes, criar uma associação de professores, cujos princípios assentassem na defesa da liberdade de ensinar e aprender em democracia. Nesse sentido foi eleita uma comissão redactora dos estatutos. Esta associação não terá orientação sindical, nem partidária, mas somente a defesa e dignificação da pessoa.

Trespasa-se

Um estabelecimento em Loulé, na Av. Marçal Pacheco, 4 e 6, com ou sem mercadoria.

Qualquer informação: no próprio local.

(2-2)

NOTÍCIAS PESSOAIS

● PARTIDAS E CHEGADAS

Com o objectivo de resolver problemas da sua vida particular, passou alguns dias entre nós o sr. Manuel Clemente Corga, nosso prezado conterrâneo, amigo e dedicado assinante na Venezuela, onde há bastantes anos reside, exercendo a profissão de industrial e comerciante de ourivesaria, dedicando também algum tempo ao jornalismo.

● FALECIMENTOS

— No Hospital de Loulé, faleceu no passado dia 25 de Junho o sr. Francisco Lopes Carapeto, distribuidor dos CTT em Loulé, que contava 67 anos de idade.

O saudoso extinto deixou viúva a sr.ª D. Rosa Dias Carapeto e era pai da sr.ª D. Maria Margarida Dias Carapeto, casada com o sr. Marcos Leal Alagoinha e avô do menino Luís Manuel Carapeto Alagoinha.

Faleceu recentemente em Loulé, a nossa conterrânea sr.ª D. Henriqueta Espadinha Rocheta, professora de Lábore do Liceu de Faro, aposentada, de 72 anos.

A saudosa finada era irmã da sr.ª D. Teresa Rocheta Cassiano, viúva do saudoso sr. Dr. Ar-

mando Cassiano, e do sr. Dr. José Rocheta, já falecido, e tia dos srs. Dr. Armando Rocheta Cassiano, médico, e do sr. Eng.º Henrique Rocheta Cassiano e da sr.ª Dr.ª D. Teresa Rocheta Cassiano.

DR. ROGÉRIO PIRES PERES

Faleceu em Faro, o sr. Dr. Rogério Pires Peres, médico pediatra de 68 anos, natural de Tavira.

Formado em Pediatría na Universidade de Lisboa e especializado naquele sector nos Hospitais Cívis da Capital, foi director clínico do Hospital de Faro.

O saudoso finado, que era muito conhecido e estimado pela sua bondade e competência profissional, era casado com a sr.ª D. Maria do Carmo Palermo Ferrete Afonso Peres; pai das sr.ªs D. Maria do Carmo Ferrete Afonso Peres e Dr.ª D. Maria Amélia Ferrete Afonso Peres Flôr Pereira, casada com o sr. eng.º José Gabriel Flôr Pereira e do sr. Francisco Ferrete Afonso Peres, aluno do Propedéutico; cunhado do sr. Dr. Francisco da Ascensão Afonso, médico analista, em Faro.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

Alargamento da educação pré-escolar

«Na educação está o futuro. O desenvolvimento educativo de um povo condiciona, em larga medida, a sua prosperidade material, cultural e humana» (In proposta de Lei de Bases do sistema educativo).

Mais de 500 jardins de infância serão brevemente montados em todo o País pelo Governo e em instalações cedidas por autarquias locais. Depois de uma prospeção realizada nos vários pontos do país, há já confirmação da existência de salas e equipamento suficientes para a concretização daquele programa.

Neste momento, representantes dos Ministérios da Educação e Ciência e dos Assuntos Sociais mantêm reuniões assíduas

para acertarem os últimos pormenores da cooperação em curso, designadamente no concernente à escolha das zonas e populações a beneficiar com os jardins de infância. Definida a futura localização de mais de 500 jardins de infância, será aberto concurso para colocação dos educadores de infância.

No ano lectivo de 1978/79 funcionaram em Portugal continental, 95 estabelecimentos de educação pré-escolar no ensino oficial e 395 no ensino particular.

Quanto a educadores de infância havia no mesmo ano lectivo, 142 no ensino oficial e 971 no ensino particular. Alunos: 3331 no ensino oficial e, no particular 23 939.

Esta medida insere-se no programa que o MEC se propõe realizar de, com o desenvolvimento da educação pré-escolar, contribuir para corrigir efeitos discriminatórios, na condição sócio-cultural da criança e, portanto, favorece uma efectiva liberdade de ensino.

A festa passou mas mantém-se viva no meu coração

Escreve-nos o nosso prezado amigo e colaborador, sr. Manuel G. Farrajota, lamentando que um arreliador salto de linha tivesse deturpado o sentido da frase em que pretendia realçar a presença de Olhanenses nas Festas da Mãe Soberana em Loulé.

Aos leitores que notaram a falta de nexo no texto cumprenos fazer notar que, onde se lê: «Em especial Olhanenses que propositadamente a terra Natal», deve ler-se: «Em especial Olhanenses, que nunca faltam, e de Louletanos, radicados em todo o país e fora dele, vindos propositadamente à terra Natal».

Como se verifica, a «amputação» estrupiu o sentido e harmonia do texto, o que aos leitores menos atentos a «gralhas» poderia ter dado a impressão de que o autor não soube escrever melhor...

NOTÍCIAS DE SALIR

Nunes e do sr. Manuel Gonçalves Pires.

O funeral realizou-se para o cemitério de Alte tendo-se nele incorporado muitas pessoas da freguesia de Alte, Messines e Salir.

As famílias enlutadas enviamos sentidos pêsames.

CHEFE DE VENDAS DE MOBILIÁRIO

Firma de mobiliário Anglo-portuguesa, fornecendo a Indústria Turística do Algarve, necessita de cavalheiro educado para atender e satisfazer todas as necessidades dos maiores clientes, assim como apresentar novos clientes.

O candidato não necessita de ter conhecimentos do ramo de mobílias, ser-lhe-á dada assistência na aprendizagem. Deverá ter experiência de negócios e falando bem a língua inglesa.

Idade entre 30 e 50 anos, dando preferência a cavalheiro casado. Salário mensal será aproximadamente 25 000\$00, acrescido de despesas de representação. Utilizará carro da firma para deslocação em serviço. Horário das 9 às 13 horas e das 14.30 às 18 horas. Contactar D. Raulin Fernandes, solicitando boletim de candidatura.

Telef. 089-94437, Candia, Lda., Almacil, Algarve.

Após prolongado sofrimento, faleceu no dia de Junho, o sr. Manuel Alexandre, de 88 anos de idade, proprietário, natural e residente nesta localidade.

O saudoso extinto era viúvo da sr.ª D. Maria Guerreiro, pai do sr. Dr. Manuel Guerreiro Alexandre, médico no Hospital de Loulé, casado com a sr.ª D. Maria Isabel Gonçalves Pacheco Alexandre, da sr.ª D. Maria Laura Guerreiro Alexandre, residente em Lisboa, sr. Jaime Guerreiro Alexandre, casado com a sr.ª D. Alzira Cravinho Alexandre, residente em Salir e avô da sr.ª D. Maria de Lourdes Alexandre de Almeida Servino, casada com o sr. Italo Ricardo Moreno Servino, residente em Lisboa, D. Maria Margarida Cravinho Alexandre Fernandes, casada com o sr. Luís Fernandes e D. Ana Paula Cravinho Alexandre.

O funeral realizou-se no dia seguinte com grande acompanhamento.

— Contando 75 anos de idade, faleceu no sítio da Charneca, freguesia de Alte no passado dia 18, o sr. José Nunes Palma, proprietário, natural de Benafim Pequeno — Alte, tendo residido muitos anos no lugar do Castelo de Salir. Era pessoa muito conhecida e estimada.

Deixa viúva a sr.ª D. Maria da Conceição Teixeira Nunes Palma e era cunhado do sr. António Teixeira Nunes, e das sr.ªs D. Maria Teresa Afonso Palma Nunes, D. Laurinda Teixeira

Juventude Sport Campinense prepara eleições

Passado que está quase um ano de actividade da actual Direcção encabeçada pelo eng.º Lopes Serra, começaram já a envidar-se esforços e contactos para elaboração de nova lista de elementos que tomará sobre si os destinos do Clube na próxima época.

Como sempre foi lema do Clube, o espírito de inovação em cada ano, continua a orientar o bom princípio na procura de novos elementos, cujo objectivo primordial é o de se ter um elenco directivo experiente por um lado e rejuvenescido por outro; não saturante e sempre actuante.

É assim que, a juntar a alguns elementos que sempre vão ficando de um para o outro ano, novas personalidades vão aparecendo como a querer dar o seu contributo a este jovem e simpático clube.

Desta forma vários contactos já foram iniciados estando quase certo o aparecimento de novos elementos na próxima Direcção que, pelo seu prestígio e saber mais e melhores ensinamentos vêm de certo trazer. No caminho da sempre renovada e inovadora força, mais uma época futebolística está prestes a iniciar-se. O Juventude S. Campinense cioso de cada vez melhor cumprir o papel preponderante de bastião de vanguarda no desporto local, está enviando os maiores esforços para conseguir um elenco directivo à altura. Um elenco directivo capaz de, se não de melhorar, pelo menos igualar o trabalho de-

seenvolvido na época precedente.

Houve sempre um consenso de, em cada ano, se procurar mais e melhores elementos. Efectivamente o apoio não tem faltado e a população local e regional tem correspondido. Isto é sinónimo de que, cada vez mais, o Juventude C. de Loulé tem granjeado as maiores simpatias. Pensamos muito brevemente fornecer a composição da nova lista concorrente às próximas eleições.

A mudança é sempre salutar. Os novos chegam sempre com mais força, com novas ideias que em colaboração com os mais experientes se consegue realmente um trabalho deveras eficaz.

Só assim se tem conseguido criar as estruturas necessárias se se atender a que há quatro anos atrás nada existia. De ano para ano se nota o «amadurecimento» das Direcções. Cada vez dão resposta com mais rapidez e eficácia aos complexos problemas que em cada época é necessário resolver.

Só nos resta esperar que os jovens de Loulé saibam corresponder aos apelos e desafios que lhes são feitos. O Juventude C. de Loulé está de mãos dadas com a juventude louletana. Vamos formar uma grande equipa que represente dignamente, na próxima época, a nossa vila de Loulé no Nacional da 3.ª Divisão.

ZECA LOURO

Olimpio, Limitada

Certifico para efeito de publicação que por escritura de um de Julho de 1980, exarada de folhas 31 v.º a fls. 33 v.º no livro de notas 112-B, foi constituída entre «Edward & Albuquerque, Lda.» e António Olímpio de Albuquerque Pereira, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege pelos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta

a firma de «OLÍMPIO, LIMITADA», tem a sua sede na Avenida 25 de Abril, n.º 15, na vila, freguesia e concelho de Albufeira e durará por tempo indeterminado, entrando hoje em exercício.

2.º — O objecto da sociedade é a exploração de restaurantes, bar, dancing e similares.

3.º — O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de 100 000\$00, e corresponde à soma de duas quotas: — uma, no valor nominal de 90 000\$00, pertencente à sócia «Edward & Albuquerque, Lda.», e outra, no valor de 10 000\$00, pertencente ao sócio António Olímpio de Albuquerque Pereira.

4.º — Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital, mediante as condições estabelecidas por deliberação a tomar em Assembleia Geral.

5.º — A gerência da Sociedade e a sua representação, activa e passivamente, em juízo e fora dele, pertence ao sócio António Olímpio de Albuquerque Pereira que, desde já, fica nomeado gerente; e a outro sócio ou não, a nomear em assembleia geral reunida para o efeito, com dispensa de caução para o primeiro.

§ Único: — Em nenhum caso poderão os gerentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e mais actos e documentos de interesse alheio aos negócios sociais.

6.º — Para que a Sociedade fique validamente obrigada, é necessária a assinatura de dois gerentes.

§ Único: — Para os actos de mero expediente, basta a assinatura de um gerente.

7.º — A cessão de quotas, no todo ou em parte, quer entre os sócios quer quando feita a estranhos, de-

pende do consentimento da sociedade, ficando esta e os sócios por esta ordem, a gozar do direito de preferência na aquisição dessas quotas.

8.º — A sociedade poderá constituir mandatários e outorgar-lhes os poderes que entender convenientes.

9.º — Os estatutos desta sociedade poderão ser alterados de acordo com a maioria do capital social.

10.º — A sociedade poderá abrir agências ou filiais, se assim o entender.

11.º — Sempre que a Lei não exija outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, enviada com a antecedência mínima de oito dias; porém, a expedição pode ser substituída pelas assinaturas dos sócios, no respectivo aviso convocatório, caso em que a convocação deixará de depender da referida antecedência.

Está conforme o original. Cartório Notarial de Lagoa, 2 de Julho de 1980.

A 2.ª Ajudante,
Maria José Correia Bravo

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,
N.º 21 — Telef. 62406

LOULÉ

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DE HABITAÇÃO DO SUL

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA
EMPREITADA 10/DHS/80 «CONSTRUÇÃO DE 48
FOGOS EM TAVIRA»

1 — Preço base de execução 47 345 335\$60
Caução provisória 1 183 633\$40
Prazo de execução 540 dias

2 — Alvará Exigido

- 1.ª Subcategoria e categoria I para empreiteiros de obras públicas.
- Categoria única para Industriais de Construção Civil.
- Classe e sub-classe correspondentes ao valor das propostas apresentadas.

3 — Data, hora limite e local para entrega das propostas:

Até às 16 horas do dia 17 de Julho de 1980, na Direcção de Habitação do Sul — Serviços Administrativos, Quinta da Vista Alegre, Lote 38, 2.ª Fase em Évora.

4 — Local, dia e hora do acto público do Concurso:

No mesmo edifício, 1.º andar, pelas 15 horas do dia 18 de Julho de 1980.

5 — Local e horário para exame do Processo:

No mesmo edifício, 1.º andar, às horas normais de expediente e na Câmara Municipal de Tavira.

Direcção de Habitação do Sul, em Évora, aos 17 de Junho de 1980.

O Director de Habitação do Sul,
Mário Fernando Costa Santos de Sá
Engenheiro Civil

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e 1.ª secção, correm éditos de 6 meses, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando VICENTE BITA ARRIAGA, casado, actualmente ausente em parte incerta e com a última residência conhecida na povoação e freguesia de Quarteira, do concelho de Loulé para, no prazo de 20 dias posterior àquele dos éditos, impugnar, na acção especial para declaração de morte presumida, com pedido de assistência judiciária, com o n.º 36/80, reque-

rida por sua mulher Otília da Conceição Menalha, doméstica, residente na rua do Vale, n.º 28, da dita freguesia de Quarteira, a sua alegada ausência em parte incerta e morte presumida.

No mesmo processo são citados por éditos de 30 dias, igualmente contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, os interessados INCERTOS para, no prazo de 20 dias depois de decorrido o dos éditos, impugnarem a referida ausência e morte presumida daquele Vicente Bita Arriaga.

Loulé, 30 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo.
A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80

TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE LOULÉ

Sec. Aux.

Ex. Sumária 17/80

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

FAZ-SE saber que na Execução Sumária n.º 17/80 que António Eusébio Ladeira, residente em Faro, move contra o executado MARIO RODRIGUES AMENDOEIRA, com residência conhecida ultimamente em Almancil — Nexa, desta comarca de Loulé, actualmente ausente em parte incerta, é este executado CITADO para no prazo de 5 dias, finda a dilação de 30 dias, que começa a correr depois da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição, pagar ao exequente ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, ser devolvido ao exequente esse direito, já que este é credor do executado da quantia de 80 210\$00, conforme letras juntas ao processo e que não foram pagas no prazo do seu vencimento.

Loulé, 13 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
r) Américo G. Correia
A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80

VENDE-SE

Fábrica de Blocos de Cimento

NO MELHOR LOCAL DO ALGARVE. JUNTO A
QUARTEIRA.

TOTALMENTE EQUIPADA, DE CERCA DE 8.000
M2 DE TERRENO.

TRATAR COM JOSÉ MENDONÇA — RUA DOS
BOMBEIROS PORTUGUESES, 34-1.º, ESQ.º — FARO
TELEF. 22794 (PF).

Trespasa-se

Restaurante «Q u á - Q u á»
em Quarteira, na Rua Dr. José Joaquim Soares (a 50 metros de praia). Bom Preço.

Informa no próprio local.



ALIANÇA SEGURADORA

ARGUS, DOURO, MUTUAL, OURIQUE, TAGUS

IMPOSTO PARA O SERVIÇO

DE INCÊNDIOS

A Aliança Seguradora, constituída pelas ex-Companhias Argus, Douro, Mutual, Ourique e Tagus, avisa os proprietários de prédios urbanos do concelho de Loulé, que termina no próximo dia 31 o prazo para a apresentação à respectiva Câmara das declarações destinadas à isenção de imposto para o serviço de incêndios.

Lembra, por isso, esses segurados que devem proceder àquela formalidade, para o que se torna indispensável juntar à apólice de seguro e respectivo recibo de prémio, a Caderneta Predial devidamente actualizada.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DE HABITAÇÃO DO SUL

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA 11/DHS/80 «CONSTRUÇÃO DE 24 FOGOS EM TAVIRA»

1 — Preço Base de Execução	23 672 667\$80
Caução Provisória	591 816\$70
Prazo de Execução	365 dias

2 — Alvará exigido

- 1.ª Subcategoria e categoria I para empreiteiros de obras públicas.
- Categoria única para Industriais de Construção Civil.
- Classe e sub-classe correspondentes ao valor das propostas apresentadas.

3 — Data, hora limite e local para entrega das propostas:

Até às 17 horas do dia 17 de Julho de 1980, na Direcção de Habitação do Sul-Serviços Administrativos, Quinta da Vista Alegre, Lote 38, 2.ª Fase em Évora.

4 — Local, dia e hora do acto público do Concurso:

No mesmo edifício, 1.º andar, pelas 16 horas do dia 18 de Julho de 1980.

5 — Local e horário para exame do Processo:

No mesmo edifício, 1.º andar, às horas normais de expediente e na Câmara Municipal de Tavira. Direcção de Habitação do Sul, em Évora, aos 17 de Junho de 1980.

O Director de Habitação do Sul,
Mário Fernando Costa Santos de Sá
Engenheiro Civil

Professores apresentam-se até 16 de Setembro

O Ministro da Educação e Ciência, Professor Victor Pereira Crespo, está empenhado na criação das condições necessárias para que, no próximo ano lectivo, de 1980/81, as actividades lectivas se iniciem na data prevista — 16 de Setembro.

Em despacho enviado para publicação, o Ministro da Educação e Ciência assegura, desde já, a apresentação atempada do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino onde for colocado em resultado do concurso.

Os professores de educação pré-escolar e dos ensinos primário, preparatório, secundário e médio, vinculados ao MEC até 30 de Setembro próximo e que até 15 do mesmo mês já tenham definida a sua situação de colocação para o próximo ano escolar, devem apresentar-se nos seus estabelecimentos de ensino em data nunca posterior a 16 de Setembro de 1980.

Os professores daqueles graus de ensino não vinculados ao MEC até 30 de Setembro de 1980 apresentar-se-ão no respectivo estabelecimento de ensino nos cinco dias subsequentes à publicação das listas de colocação no «Diário da República».

Para a realização do exame da segunda época, as necessidades de pessoal docente serão superadas, sempre que necessário, por deslocação de professores colocados em cada área pedagógica.

DIRECÇÃO HIDRÁULICA DO GUADIANA

Foi nomeado director dos Serviços Regionais da Hidráulica do Guadiana, com sede em Faro, o eng.º Tito Olívio Henriques, técnico que há anos exerce funções superiores naquele departamento oficial.

A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

ANÚNCIO

Por este se faz público que foi distribuída na Secretaria Judicial da comarca de Albufeira a que coube o n.º 57/80, Acção contra INÁCIA DE BRITO CRISTÓVÃO, solteira, sem profissão, internada na Clínica Psiquiátrica de S. José, em Lisboa, para o efeito de ser decretada a sua interdição por anomalia psíquica.

Albufeira, 30 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Arlindo Manuel Teixeira Pinto

O Escrivão Adj.,
a) Manuel Luís Marreiros dos Reis

PRECISA-SE

Senhora, 25 anos, com o 7.º ano liceal e frequência universitária, falando Inglês e Francês, precisa emprego compatível, preferência em escritório ou ligado ao Turismo.

Resposta ao anúncio n.º 92 deste jornal.

Tribunal Judicial da Comarca de Albufeira ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 5 do próximo mês de Novembro, às 10 horas, no Tribunal Judicial de Albufeira, nos autos de ACÇÃO ESPECIAL DE DIVISÃO DE COISA COMUM, n.º 27-A/74, U.ª Secção, que os Autores ANTONIO GONÇALVES ATAÍDE e mulher MARIA DA PIEDADE, ele agricultor e ela doméstica, residentes no sítio do Alpouvar, freguesia e concelho de Albufeira movem contra os Réus MARIA GONÇALVES ATAÍDE ou MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE, viúva, doméstica, residente no sítio de Alagôas — Ferreiras — Albufeira; a herança ilíquida e indivisa aberta por óbito de José Vieira Nobre, representada por: VÍTOR JOSÉ ATAÍDE NOBRE e mulher DINA MARIA DA SILVA NOBRE ATAÍDE, ele trabalhador e ela doméstica, residentes na Rua 1.ª de Dezembro, n.º 10-4.ª, Dt.ª, em Sacavém — LISBOA; MARIA TERESA ATAÍDE NOBRE e marido JOAQUIM MANUEL XUFRE VIEIRA NOBRE, ela operária e ele trabalhador, residentes no sítio de Alagôas — Ferreiras — Albufeira, e JOSÉ GONÇALVES ATAÍDE e mulher EMÍLIA DA CONCEIÇÃO SIMÕES, ele trabalhador e ela doméstica, residentes no sítio de Vale de Serves, freguesia e concelho de Albufeira; RICARDINA GONÇALVES ATAÍDE e marido PEDRO DOS SANTOS RODEIRA, ele trabalhador e ela doméstica, residentes no sítio de Vale de Hel-Rei, freguesia e concelho de Lagôa e JOSÉ MARIA CUSTÓDIO e mulher MARIA ANTONIO DA SILVA, ele trabalhador e ela doméstica, residentes no sítio de Alpouvar, freguesia e concelho de Albufeira, serão postos em praça, pela primeira vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima dos valores adiante indicados, os seguintes:

PRIMEIRO

«Prédio misto que se compõe de terra de semear com

árvores e casas de residência com vários compartimentos, no sítio de Alpouvar, freguesia e concelho de Albufeira, que confina pelo Nascente e Norte com Manuel Vieira Xufre, Poente com Pedro Gonçalves Ataíde e Sul com Manuel Gregório Penas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1208 e na matriz predial rústica sob o artigo 1084, o qual vai à praça pelo valor de TRÊS MIL CENTO E VINTE ESCUDOS».

SEGUNDO

«Rústico que se compõe de terra de semear com árvores, no sítio de Alpouvar, freguesia e concelho de Albufeira, que confina do Nascente com Manuel Gregório Penas, Norte com Manuel Vieira Xufre e Poente e Sul com Manuel dos Santos Libra, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira e inscrito na respectiva matriz sob os artigos 1037 (4/30 avos) e 1088, o qual vai à praça pelo valor de TRÊS MIL QUINHENTOS E SESSENTA ESCUDOS».

TERCEIRO

«A fracção indivisa de 1/12 (um doze avos) num prédio rústico que se compõe de terra de semear com árvores, no sítio de Alpouvar, freguesia e concelho de Albufeira, confinando no seu todo, do Nascente com Manuel dos Santos Libra, Norte e Poente com António Paiva e sul com Caminho, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1106, o qual vai à praça pelo valor de CENTO E VINTE ESCUDOS».

Albufeira, 18 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Arlindo Manuel Teixeira Pinto

O Escrivão,
a) Manuel Luís Marreiros dos Reis

A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80

1.ºs Escriturários

PRECISA EMPRESA TURISTICA EM VILAMOURA

PRETENDE-SE:

- Curso Comercial (condição preferencial)
- Experiência em contabilidade
- Residência no Concelho de Loulé, de preferência em Quarteira ou periferia.

OFERECE-SE:

- Ordenado compatível conforme experiência.
- Refeições na empresa
- Regalias sociais em vigor na Empresa
- Possibilidades de promoção a curto prazo.

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO n.º 91

Conhecer a Sogrape foi objectivo (II)

Em digressão pelo Norte visitando uma grande empresa

(Continuação)

E a quem foi proporcionada a felicidade de participar neste magnífico passeio proporcionado pela Sogrape e por Águas de Carvalhos não teve apenas a satisfação de conhecer o funcionamento de uma grande empresa, cuja produção é de extraordinária importância para o nosso País, mas teve ainda o ensejo de conhecer uma das mais belas paisagens do norte e também algumas relíquias da sua histórica arquitectura, com especial realce para o Palácio de Mateus, obra-prima barroca do Século XVII, o qual deu origem à marca e rótulo do vinho Mateus. E Vila Real pode orgulhar-se de possuir esse belo monumento tão ligado à sua história.

Em Avintes se situam os armazéns gerais e portanto as grandes e moderníssimas instalações a que atrás nos referimos, mas a bela cidade de Viseu também merece uma referência muito especial porque é o centro da região do Dão e aí visitamos as excelentes instalações da Vinícola do Vale do Dão, Lda., produtora do apreciadíssimo vinho «Grão Vasco».

E aqui cabe um pouco de história, pois aquilo que ouvimos é bem digno de ser salientado para a maioria dos portugueses não sabe, concerteza que, desde o ano 500 A. C., quando Portugal era parte da então Lusitânia, se produzem vinhos na Região do Dão. No entanto, datam de 1390 as primeiras medidas de protecção aos vinhos regionais, e só em 1907 foi reconhecida a existência de um tipo de vinho do Dão e prevista a delimitação da respectiva região, efectiva por lei de 1912, que ainda se mantém em vigor.

A área total da região é de 376 410 ha., sendo a área ocupada com a cultura da vinha de 15 500 ha., ou seja, cerca de 4%.

É, portanto, entre as serras da Estrela, Caramulo, Bussaco, Nave, Lousã e Açor e os vales dos rios Dão e Mondego, num solo rochoso e granítico, difícil de trabalhar que se produzem os vinhos do Dão, de longa vida e segura conservação comparáveis aos bons vinhos da Borgonha.

IMPORTÂNCIA ECONÓMICO-SOCIAL DA VINHA — De acordo com o já atrás referido, a área ocupada pela cultura da vinha é de cerca de 4% da área total. Em termos de área cultivada essa percentagem eleva-se a cerca de 7,9%.

Em estudo publicado em 1956 sobre esta região chegava-se às seguintes conclusões sobre o assunto referido em epígrafe:

1) Ocupando apenas 7,9% da área cultivada a vinha é responsável por 31,8% do rendimento bruto da agricultura e silvicultura da região, não tomando no entanto em consideração o valor da produção pecuária.

2) O número de produtores é de cerca de 38 000 ocupando-se no cultivo da vinha cerca de 30% da população activa da região.

3) Da estrutura vitivinícola da região ressalta que mais de 90% dos produtores produzem menos de 5 000 litros cada, cabendo-lhes cerca de 55% do total da produção e que apenas 3,3% dos produtores produzem acima dos 10 000 litros.

Daqui se infere da pulverização da exploração vitícola da região.

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DO VINHO DA REGIÃO — Em 1942 foi criada a Federação dos Vinicultores do Dão, organismo dependente do Ministério da Economia.

Basicamente, este Organismo defende os interesses dos vinicultores da região e fiscaliza o comércio regional. Como exemplo de medidas concretas podemos apontar:

a) Quanto à defesa dos interesses vinícolas da Região — Para além de apoio técnico e da função de fixação dos preços mínimos de intervenção este Organismo não permite a entrada na região de vinhos produzidos fora dela.

b) Quanto à defesa do consumidor — Possui este Organismo um corpo técnico e de fiscalização que lhe permite um controle do comércio do vinho para além de ter como atribuição a emissão e concessão das marcas de garantia e dos selos de origem.

Assim este Organismo só concede marca de garantia e o respectivo selo, selo este que vai colado em todas as garrafas de vinho do Dão, aos vinhos que para além da sua qualidade e genuidade tenham o seguinte estágio mínimo de envelhecimento.

Vinhos tintos: — 18 meses antecedendo o engarrafamento, com mais 2 meses de descanso em garrafa.

Vinhos brancos: — 10 meses, que podem decorrer totalmente com o vinho envasilhado e engarrafado.

De realçar que o estágio de envelhecimento dos vinhos do Dão, especialmente os vinhos tintos, é um factor de primordial importância. Conjuntamente com o cuidado que a Vinícola do Vale do Dão, Lda., põe na selecção dos vinhos que adquire, é o estágio de envelhecimento e neste o estágio em garrafa, um dos «segredos» desta firma na manutenção do alto nível de qualidade que sempre tem apresentado. Bastará para confirmar tal facto verificar os anos de colheita que estamos a comercializar.

(Continua)

O DEPUTADO PSD DR. DUARTE CHAGAS

dirige apelo ao Ministro da Agricultura

Considerando que o concelho de Almodôvar no Distrito de Beja, limítrofe dos concelhos de Ourique, Castro Verde, Mértola, Silves, Loulé e Alcoutim é um dos maiores em extensão territorial, sendo todavia no aspecto económico um dos mais subdesenvolvidos na conjuntura portuguesa;

Considerando que a ausência de qualquer complexo industrial no seu território — as pirites do sub-solo estão ainda na fase da prospecção, restringem a economia concelhia Almodovarense ao sector primário quase no tipo de monocultura extensiva de cereais, praticada em condições geológicas pouco propícias para tal;

Considerando que o minifúndio caracteriza na generalidade, a sua estrutura fundiária — na qual a maioria dos seus habi-

tantes se dedicam à pastorícia — os escassos latifúndios existentes no âmbito da sua extensão territorial, são de titulares em grande parte não oriundos nem residentes no seu concelho;

Considerando que a laboriosa população do concelho de Almodôvar, através do trabalho, alavanca que eleva todo o homem e faz emergir da rebeldia dos seus instintos a sua forte personalidade moral, dia após dia, vai desentranhando da terra todas as suas potencialidades no sentido de conseguir a sua subsistência;

Considerando que os sucessivos governos portugueses, sistematicamente, têm marginalizado tal população, ainda que muitas vezes por mera demagogia eleitoral se auto-reclamem legítimos defensores dos mais desfavorecidos economicamente;

Considerando que no primeiro governo socialista importaram-se do estrangeiro, através da EPAC, 238 872 toneladas de cevada, destinada a semente, que cevada não deu e para forragem não serviu;

Considerando que cerca de duzentos modestíssimos agricultores almodovarense por aberrante negligência do governo socialista, foram assim defraudados do produto do seu trabalho e da importância monetária com que custearam a sua parte da cevada importada, pois que até ao momento presente, não receberam, ainda, qualquer indemnização;

Requeremos ao Governo que nos informe, com carácter de urgência, ao abrigo das disposições constitucionais e regulamentares aplicáveis, o seguinte:

1 — Está ou não o Governo

TENSÃO À VISTA

— UM EXCLUSIVO DESTA «DEMOCRACIA»

A recandidatura de Eanes vai acentuar a confrontação política, comprometer a situação e envolver as tendências socialistas numa guerra fria contra os liberais.

O País não vai lucrar com a luta Soares Carneiro-Eanes. O Portugal des governado vai adiar a sua democracia orgânica porque a bipolarização é o estrangulamento dos ideais democráticos e pluralistas, a ferrugem e o atraso da sociedade.

Entre uma Constituição contraditória e utópica e um Presidente longe dos conceitos de independência, existe um vazio no horizonte político português. Os candidatos à Presidência desprezam o nacionalismo moderno e aliam-se às nuvens e às manhas políticas do estrangelismo doentio. É uma clara

confissão de má-fé dividir o povo português entre dois candidatos militares de igual peso político, isto é desconhecidos ideologicamente, numa altura em que a oposição ataca o governo com paralisantes e preguiçantes agudas. A Sociedade não ganha o crédito europeu e a segurança política com a amostra tradicional da violência, com as perturbações sociais e a falta de produtividade. Nem o sector privado reacende a sua iniciativa. Ninguém se preocupa com a Nação. As tarefas dos candidatos são pessoais, político-partidárias, como quem procura ganhar o título de D. Sebastião num País arruinado pelas intromissões estrangeiras e a baixaza nacional.

De facto, a candidatura de Eanes é perigosa. Compromete a essência da própria legitimidade democrática. A instabilidade do País está à vista. O totalitarismo pode estar à porta. É inacreditável a prática política dos partidos existentes. Todos tentando acender a fogueira da bipolarização, a corrida para a confrontação, ainda que os cidadãos se atolem numa crise sem limites. Sempre a mesma história das sociedades de raízes latinas, só que esta tem uma democracia indesejável, uma inflação galopante, muitos almoscos, viagens desnecessárias e gastos públicos exagerados. A opção política do Povo Português não é certamente o enraizamento das dificuldades económicas, o desprezo cultural e as limitações sociais. As candidaturas de Soares Carneiro e de Eanes entraram já em contradição, porque as forças políticas estão interessadas nessa luta declarada. Dividir o mundo militar é tarefa daqueles que não respeitam o diálogo. A verdade pura é que nós continuamos a ser aprendizes e ignoramos o sentido pleno e autêntico de uma verdadeira sociedade ocidental. As ambiguidades da nossa política poderão permitir uma concepção autoritária da nossa sociedade. A semelhança da Argentina poderá surgir uma Junta Militar que estabeleça a ordem e a unidade. Depois não se queixem os políticos que a liberdade foi amordaçada. Quem semela a bipolarização pode surpreender-se com reacção. Greves reveladas, violência de linguagem, crimes, activismos exagerados, calúnias mútuas, campanha eleitoral precipitada, são factores de instabilidade.

Senhor Presidente: não entre no jogo!

LUÍS PEREIRA

Novos alistados da P.S.P.

O Ministro da Administração Interna, eng.º Eurico de Melo, deslocou-se a Torres Novas para assistir, na Escola de Formação de Guardas da Polícia de Segurança Pública, ao Compromisso de Honra da Escola de Alistados «Eliseu Batista Miranda».

Para esta Escola, que é a primeira de 1980, concorrem 1651 candidatos com habilitações do 2.º grau à frequência nas Faculdades. Foram admitidos 567, que enquadrados por Comissários, Chefes e Subchefes como instrutores durante 6 meses, chegaram ao fim cerca de 500 novos agentes.

interessado em solucionar tal problema?

2 — Pensa ou não o Governo, uma vez para sempre, fazer imperar a justiça aos desprotegidos, agricultores almodovarense, já que os Governos socialistas não souberam ou não quiseram tratar de tal assunto?

Palácio de São Bento, aos 6 de Maio de 1980.

O Deputado do Partido Social-Democrata,

António Duarte e Duarte Chagas

O muro da vergonha

Integrado na série «As Grandes Cidades do Mundo», vimos na RTP-2 um excelente documentário acerca da antiga capital da Alemanha.

Infelizmente, Berlim é hoje uma metrópole cercada pelas tropas soviéticas e sob constante ameaça do Kremlin repetir o que já fez, aliás: cortar as comunicações por estrada entre a cidade e a RFA, impedindo a circulação de pessoas e bens. Só a Ponte Aérea, desencadeada pelos americanos, salvou então os berlinenses de morrerem à fome.

Para mais e no sentido de travar o êxodo de habitantes de Berlim Leste para a parte ocidental, os comunistas ergueram o Muro da Vergonha que é a demonstração mais cabal do sistema contorcionista que domina não apenas a União Soviética como os países satélites. Apesar de uma fachada pretensamente democrática.

Só quem caminhou — como nós — ao longo do Muro da Vergonha e contemplou a Terra de Ninguém que os russos instalaram entre os alemães livres e aqueles que se encontram sob o jugo soviético, é que pode fazer uma ideia da desolação, da ruína, da tristeza, do silêncio húmido e aterrador que ali predominam e, fundamentalmente, da requintada crueldade que caracteriza essa enorme barreira de cimento e aço.

Nunca o Ocidente deve esquecer a existência do Muro pois que representa, nos seus limites, o panorama que esperaria a Europa Livre se alguma vez as hordas soviéticas conseguissem transbordar para além dos territórios que actualmente dominam.

R. D. S.

(De «O Dia»)

VENDE-SE

MERCEARIA, CAFÉ E MORADA DE CASAS, COM

ARMAZÉNS, CISTERNA E OUTRAS DEPENDÊNCIAS,

NO POÇO DE AMOREIRA — LOULÉ.

Tratar pelo Telef. 62777 — LOULÉ

(12-4)

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1979

BALANÇO ANALÍTICO (Exercício de 1979)

ACTIVO	Activo Bruto	Prov., Amort. e Reintegrações	Activo Líquido	PASSIVO	Passivo e Situação Líquida
DISPONIBILIDADES				DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	41 048\$00		31 048\$00	Clientes c/ Correntes	1 233 406\$60
Depósitos à Ordem	1 063 002\$10		1 063 002\$10	Adiantamentos de Clientes	31 199 966\$00
	1 104 050\$10			Fornecedores c/ Gerais	25 394 043\$90
DÉBITOS A CURTO PRAZO				Fornecedores c/ Facturas em Recepção e Conf.	3 348 662\$40
Depósitos a Prazo	1 995 773\$80		1 995 773\$80	Empréstimos Bancários	4 692 000\$00
Clientes c/ Gerais	8 492 045\$40	254 761\$40	8 237 284\$00	Sector Público Estatal	22 923 217\$60
Clientes c/ Retenções	4 396 894\$30	131 906\$80	4 264 987\$50	Outros Credores	18 187\$60
Fornecedores c/ Corrente	40 613\$60		40 613\$60	Prov. p. Riscos e Encargos	25 840\$80
Adiantamento a Fornecedores	847 927\$70		847 927\$70		88 835 324\$90
Sector Público Estatal				PROVEITOS ANTECIPADOS	
Outros Devedores	158 435\$40		158 435\$40	Receitas Antecipadas	150 803 034\$50
	15 931 690\$20	386 668\$20	15 545 022\$00	TOTAL DO PASSIVO	239 638 359\$40
EXISTÊNCIAS				SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Matérias Primas	5 988 708\$90	498 870\$90	5 389 838\$00	CAPITAL	
Obras e Serviços em Curso	183 868 957\$60		183 868 957\$60	Capital Social	2 000 000\$00
Terrenos	3 350 000\$00		3 350 000\$00		2 000 000\$00
	193 207 666\$50	598 870\$90	192 608 795\$60	RESERVAS	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS				Reserva Legal	61 747\$10
Participações de Capital	50 000\$00		50 000\$00		61 747\$10
	50 000\$00		50 000\$00	RESULTADOS TRANSITADOS	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				Exercício de 1976	(-) 4 441 096\$40
Eq. Bás. O. Máq. e Instalações	15 648 553\$40	11 972 775\$00	3 675 778\$40	Exercício de 1977	(-) 8 371 774\$70
Ferramentas e Utensílios	578 575\$10	546 996\$30	31 578\$80	Exercício de 1978	(-) 2 280 309\$70
Material de Carga e Transporte	2 316 136\$70	1 410 580\$10	905 556\$60		(-) 15 093 180\$80
Eq. Adm. Soc. e Mob. Diverso	1 516 266\$60	1 215 818\$50	300 448\$10	RESULTADOS LÍQUIDOS	
Grandes Reparações	106 827\$60	106 827\$60		Resultados Correntes do Exercício	(-) 11 806 111\$70
	20 166 359\$40	15 252 997\$50	4 913 561\$90	Resultados Exercícios Anteriores	(-) 22 676\$20
CUSTOS ANTECIPADOS				Resultado Ext. do Exercício	593 937\$50
Despesas antecipadas	1 150 845\$70		1 150 845\$70	TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	(-) 11 234 850\$40
TOTAL DE PROVISÕES		985 539\$10		TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	215 372 075\$30
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES		15 252 997\$50			
TOTAL DO ACTIVO	231 610 611\$90	16 238 536\$60	215 372 075\$30		

O TÉCNICO DE CONTAS

Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Martiniano António Leal
TIRANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da C. Baptista Coelho
António Bernardo de Brito e Cunha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Exercício de 1979)

EXISTÊNCIAS INICIAIS			VENDAS	
Matérias Primas	6 547 783\$60		Matérias Primas	535 077\$20
Terrenos	2 650 000\$00		PRESTAÇÕES DE SERVIÇO	141 418 013\$10
Materiais a Regularizar	1 150 845\$70			141 953 090\$30
	10 348 629\$30		VARIAÇÃO DE PRODUÇÕES	
COMPRAS			Existências Finais	
Matérias Primas	20 933 037\$90		Obras em Curso	183 868 957\$60
Terrenos	700 000\$00		Existências Iniciais	
			Obras em Curso	246 685 307\$60
EXISTÊNCIAS FINAIS				62 816 350\$00
Matérias Primas	5 988 708\$90		RECEITAS FINANCEIRAS CORRENTES	308\$30
Terrenos	3 350 000\$00		OUTRAS RECEITAS	211 092\$30
Materiais a Regularizar	1 150 845\$70		GANHOS EXTRAORD. EXERCÍCIO	669 473\$20
	10 489 554\$60			
CUSTO DAS EX. V. E CONSUMIDAS				
Matérias Primas	21 492 112\$60			
SUBCONTRATOS	13 207 256\$00			
FORN. SERV. TERCEIR.	7 450 352\$30			
IMPOSTOS INDIRECTOS	332 021\$50	20 989 629\$80		
DESP. C/ PESSOAL	45 683 302\$10			
DESP. FINANCEIRAS	1 009 194\$20			
OUT. DESP. e ENCARGOS	77 198\$60			
AMORT. E REI. DO EX.	1 902 815\$30	48 672 510\$20		
		91 154 252\$60		
PERDAS EXT. EXERCÍCIO	75 535\$70			
PERDAS EXERC. ANTERIORES	22 676\$20	98 211\$90		
RESULTADOS LÍQUIDOS				
	91 252 464\$50			
	(-) 11 234 850\$40			
	80 017 614\$10			

Relatório do Conselho de Administração

Srs. Accionistas:

1 — Nos termos da lei e dos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Ex.º o Relatório, Balanço e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1979.

2 — Durante o ano que passou a actividade da Sociedade cingiu-se fundamentalmente:

2.1 — Conclusão e continuação das obras em carteira mencionadas no Relatório do exercício anterior;

2.2 — Início das obras para as Câmaras Municipais de Albufeira e S. Brás de Alportel;

2.3 — Início das Infraestruturas para a Urbanização da Marroquia, em Loulé, tendo sido em princípio, assegurado o financiamento para a totalidade da obra pelo Banco Português do Atlântico;

2.4 — Aquisição em Vilamoura, a um particular, de um lote no Sector 4 para a construção de uma moradia para vender.

3 — Durante o exercício de 1979 continuou-se a reestruturação iniciada em 1977 não totalmente coroada de êxito uma vez que à redução de pessoal verificada — de 272 trabalhadores para 182 — não corresponde a uma selecção em termos de qualidade e equilíbrio de quadros com graves reflexos nos níveis de produtividade da empresa,

(continua na pág. 9)

O TÉCNICO DE CONTAS

Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Martiniano António Leal
TIRANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da C. Baptista Coelho
António Bernardo de Brito e Cunha

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L.

(continuação da pág. 1)
que podem considerar-se bastante baixos.

Apesar das orientações emanadas da Administração visando a recuperação da Empresa procurando cumprir os prazos acordados na execução das obras e concluí-las em termos economicamente favoráveis não houve da parte de alguns dos principais responsáveis a capacidade de resposta susceptível de, ao longo do exercício, alterar substancialmente o modo de viver em cada obra.

No final do exercício foram tomadas medidas susceptíveis de corrigir esta situação através de uma maior responsabilização dos Directores de Obra pela marcha da mesma em todos os aspectos, inclusive o financeiro, definindo custos e níveis de facturação mensais.

4 — Considerando os resultados dos exercícios anteriores vemos com bastante apreensão o futuro desta Empresa como empreiteiro de obras, caso não

seja possível garantir o cumprimento das medidas adoptadas no final do exercício e referidas em 3.

Julgamos e acreditamos que a viabilidade poderá ser obtida, conjugando esta actividade com a Imobiliária, como se está a fazer no empreendimento de Loulé, ao qual outros se poderão seguir desde que a Empresa sejam dados os indispensáveis apoios.

5 — No Balanço, na conta de Resultados e nos seus anexos estão inseridos todos os elementos que possibilitam V. Ex. fazer uma apreciação correcta da situação económico-financeira da Empresa.

Os resultados do exercício apresentam um saldo negativo de Esc. 11 234 850\$40, sendo de salientar que parte dele resulta de uma obra efectuada nos exercícios de 1977 e 1978 e cujo fecho de contas só foi efectuada em 1979.

Assim vimos propôr:

1 — Que aprovei o relatório

e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1979;

2 — Que o prejuízo deste exercício transite em conta para o exercício seguinte.

6 — Aproveitamos a oportunidade para agradecer a colaboração do Fiscal Único da Empresa e manifestar o nosso apreço aos trabalhadores que com sacrifício e dedicação executaram as suas tarefas.

Vilamoura, 11 de Março de 1980.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

LUSOTUR, Sociedade Financeira de Turismo, S. A. R. L.

representada por Eng. Martiniano António Leal

TINANDA, Sociedade Imobiliária, S. A. R. L. representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho

António Bernardo de Brito e Cunha

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,
No cumprimento das disposições legais estatutárias e na qualidade de representante do Fiscal Único da empresa, apresentamos a V. Exas o nosso parecer, acerca do Relatório e Contas que nos foram presentes pelo Ex.mo Conselho de Administração.

Ao longo do exercício que agora se encerra procedemos regularmente ao exame da escrita, constatando que a documentação que lhe serve de suporte é tratada na mais estrita observância dos preceitos legais.

O Conselho de Administração no seu relatório, aponta com clareza os motivos que a despeito do esforço posto na recuperação da empresa, conduzem ainda a um estado de degradação económico/financeira. Aponta ainda novos caminhos visando a sua recuperação pretendendo

para 1980 os apoios que tornem viáveis a sua transformação em empresa mista. Imobiliária/Construtora. Dispensamo-nos por isso de maiores considerações.

Assim propomos à consideração dos Senhores Accionistas que:

1. Aprovei o Relatório, Balanço e Contas que o Conselho de Administração agora apresenta.

2. Que nos próximos exercícios económicos, dispenseis ao Conselho de Administração que ides eleger, o apoio e força necessária a que a empresa, entre num caminho de recuperação que honre a capacidade provada pelos seus actuais Administradores e dignifique ainda mais a sua principal accionista, a LUSOTUR, através da acção que venha a realizar quer em Vilamoura quer no exterior.

3. Que vos mereça um voto de apreço, o pessoal que a despeito de factores contrários, continuou, na vontade de bem servir, dando o seu esforço para a viabilidade duma empresa que se pretende digna e grande. Vilamoura, 12 de Março de 1980.

O FISCAL ÚNICO
(assinatura ilegível)

A Voz de Loulé, n.º 786, 10-7-80

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 7 do próximo mês de Outubro, pelas 10 horas, no Tribunal Judicial da comarca de Loulé, nos autos de carta precatória que correm termos pela 1.ª secção, com o n.º 62/80, vinda do 3.º Juiz de Direito da comarca da Vila da Feira e extraída dos autos de execução com processo sumário n.º 81/79 da 1.ª secção, em que é exequente Augusto Pereira Ribeiro, Filhos, Lda., com sede em Riomeão e executado Francisco Jacinto Neves Oliveira, casado, comerciante, residente em Loulé, não-de ser postos em 1.ª praça para se arrematarem ao maior lance oferecido acima dos valores indicados nos autos, dois motores de rega, eléctricos, penhorados ao executado e dos quais foi constituído depositário judicial, Manuel Inácio Rodrigues Guiomar, casado, comerciante, residente na rua D. Afonso de Albuquerque, n.º 74-2.º, em Loulé.

Loulé, 14 de Junho de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Velga

O Escrivão de Direito,

a) João do Carmo Semedo

VENDE-SE

Uma moradia no sítio da Goncinha, acabada de construir, com água e luz.

Tratar pelo telefone 62461 ou 62051.

(3-3)

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No cumprimento do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro, discriminam-se abaixo as contas de Balanço que merecem referência no presente anexo.

1 — Relações com AsSociadas

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL.

	Débitos	Créditos
Clientes c/c		1 213 927\$30
Clientes c/Retenções	3 365 060\$00	
Clientes c/Adiantamentos		23 567 223\$70
Fornecedores		4 235 585\$40
	3 365 060\$00	29 016 736\$40

2 — Existências

2.1 — Matérias Primas

A conta foi movimentada pelo sistema de inventário permanente e a sua valorização efectuada ao preço médio de custo.

2.2 — Obras em Curso

Esta conta reflete custos reais à excepção da sua subconta «Encargos Sociais», que traduz uma taxa fixa. Para o seu movimento utilizou-se a classe 9, sofrendo a classe 3, uma redução de 62 mil contos, correspondente à variação do produto ao longo do exercício.

3 — Débitos c/ Pessoal

No final do exercício a conta apresenta um saldo de Escudos 18 187\$60, valor correspondente a vencimentos ainda nos cofres da empresa.

4 — Despesas c/ Pessoal

Ordenados e salários	26 594 762\$90
Remunerações Adicionais	9 291 800\$90
Encargos s/ Remunerações	7 237 039\$00
Outras Despesas c/ Pessoal	427 272\$90
Seguros Acid Trab. Doenças Profissionais	2 132 426\$40
	45 683 302\$10

5 — Capital Social

Titulares	N.º Acções	Valor Nominal	%
LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL	1 940	1 940 000\$00	97
TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL	50	50 000\$00	2,5
Outros accionistas	10	10 000\$00	0,5
	2 000	2 000 000\$00	100

6 — Imobilizações Financeiras

Em mapa separado publica-se inventário desta conta.
«Decreto-Lei n.º 147/72 art.º 2.º n.º 1».

7 — Movimento das Contas de Provisões

Contas	S. Inicial	Util. Prov.	Reposição	Saldo Final
Prov. p.ª Cob. Duv.				
O. Risc. Enc. ...	648 990\$20	41 713\$70	194 767\$50	412 509\$00
Prov. p.ª Deprec.				
Existências	654 378\$40	—	55 507\$50	598 870\$90
	1 303 368\$60	41 713\$70	250 275\$00	1 011 379\$90

8 — Conta de Ordem

8.1 — Títulos em Caução e Credores p/ Títulos em Caução.

Registam o valor das acções da empresa, que caucionam o mandato de Administração.

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL 50 000\$00

TINANDA — Sociedade Imobiliária, SARL ... 50 000\$00

100 000\$00

8.2 — Letras Descontadas e Credores p/ Letras Descontadas.

Registam a responsabilidade da empresa perante as instituições bancárias, onde foram apresentadas a desconto os títulos representativos de dívida.

BANCO PORTUGUÊS DO ATLANTICO — FARO 861 361\$40.

8.3 — Devedores p/ Títulos Caucionados e Títulos Caucionados.

Esta conta regista o mandato da empresa, no Conselho de Administração da Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL, 50 000\$00.

8.4 — Garantias Bancárias e Credores p/ Garantias Bancárias.

Reflete a responsabilidade da empresa com as Instituições Bancárias, de modo a garantir a boa concretização de obras ou a utilização de adiantamentos.

BANCO PORTUGUÊS DO ATLANTICO — FARO 22 864 760\$20.

9 — Movimento da Conta de Situação Líquida

Contas	Saldo Inicial	Mov. Exerc.	Saldo Final
Capital Social	2 000 000\$00		2 000 000\$00
Reser. Legais	61 747\$10		61 747\$10
Res. Transl. ...	(—) 12 812 871\$10	(—) 2 280 309\$70	(—) 15 093 180\$80
Res. Líquidas	(—) 2 280 309\$70	(—) 8 954 540\$70	(—) 11 234 850\$40
	(—) 13 031 433\$70	(—) 11 234 850\$40	(—) 24 266 284\$10

Vilamoura, 13 de Junho de 1980.

O TÉCNICO DE CONTAS
Manuel Figueiredo Machado

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

Designação	Quantidade	Valor Nominal	Preço Médio de Compra	Cotação em Bolsa	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de Valores	Perdas Lev. Result.
1 — Participações Financ.									
1.2 — Acções:									
Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL	50	1 000\$00	1 000\$00	—	1 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	—	—
1.9 — Total	50	—	—	—	—	50 000\$00	50 000\$00	—	—

O TÉCNICO DE CONTAS

Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Martiniano António Leal

TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da C. Baptista Coelho

António Bernardo de Brito e Cunha

ATRAVÉS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Governo lança autêntico desafio ao dinamismo dos jovens e ao espírito de iniciativa dos empresários

Em recente reunião realizada em Faro, a Caixa Geral de Depósitos, proporcionou a numerosos convidados, entre os quais representantes da comunicação social, a oportunidade de conhecer o vasto plano de um concurso de projectos industriais, através do qual se pretende estimular a criação de novas indústrias e fomentar o desenvolvimento económico do País, única via que permitirá criar novos postos de trabalho e contribuir para o bem estar de todos nós.

Se quiserem aproveitar os incentivos deste original concurso, os jovens poderão não apenas criar as suas próprias empresas e portanto aquela independência que lhes poderá proporcionar um futuro mais risório, como poderão ainda pôr à prova a sua criatividade e uma capacidade realizadora que os estimule a mais largos voos.

Para uma mais ampla divulgação daquilo que a Caixa Geral de Depósitos se propõe realizar de colaboração com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, a seguir publicamos as normas que orientam o concurso e quais os seus principais objectivos:

1. No âmbito de um vasto programa de colaboração estabelecido entre a C G D e o I A P M E I com vista à promoção do investimento, foi recentemente lançado o concurso de projectos industriais sob o lema:

«APOSTE NO FUTURO, CONSTRUA A SUA EMPRESA»

Esta acção visa fundamentalmente os seguintes objectivos:

- Dinamizar a criação de novas unidades industriais de pequena e média dimensão, viáveis e bem estruturadas;
- Inventariar hipóteses de projectos ou de iniciativas, sobretudo a nível local e regional, que possam ulteriormente ser desenvolvidas;
- Dignificar do ponto de vista social a função empresarial, entendida como capacidade para tomar iniciativas, assumir riscos e desenvolver novas actividades;
- Sensibilizar a juventude para o lançamento de novos empreendimentos;
- Combater o desemprego;
- Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das empresas e em especial da avaliação de projectos, através da divulgação das técnicas correspondentes.

2. É de sublinhar que esta iniciativa se insere logicamente dentro de uma política de expansão que ambos os promotores — IAPMEI e CGD — tem vindo a prosseguir nos últimos anos, consagrando uma nova etapa no sentido de uma contribuição mais efectiva para a promoção do investimento.

O IAPMEI vem desenvolvendo uma acção crescente de apoio à criação de novas unidades industriais, auxiliando os potenciais investidores que se lhe dirigem, na definição, elaboração e avaliação técnico-económica de projectos de investimento industrial, e no posterior encaminhamento para o sistema bancário.

Para lá deste apoio à criação de novas unidades e à realização de projectos de expansão e substituição em unidades existentes com vista à sua modernização, o IAPMEI está interessado em contribuir para a definição de novas áreas de investimento, de acordo com as grandes linhas de orientação da política industrial e do desenvolvimento regional.

A Caixa Geral de Depósitos, pela sua parte, tem vindo a aumentar significativamente a sua participação no financiamento da actividade industrial, sobre-

tudo no que respeita à implantação de novas empresas e à expansão das unidades fabris existentes.

Os empréstimos à indústria representam hoje cerca de 65 milhões de contos, aproximadamente 30% do crédito concedido pela Caixa, revelando-se crescente o apoio às pequenas e médias empresas.

Para fazer face a crescentes solicitações de crédito houve que reforçar os quadros com uma nova geração de engenheiros e economistas, por forma a garantir uma adequada e oportuna avaliação dos projectos e análise das empresas que se lhe dirigem.

Paralelamente constituíram-se gabinetes técnicos a nível regional, e em correspondência com esta actuação iniciou-se um amplo processo de descentralização dos estudos e das tomadas de decisão.

3. A fim de suscitar iniciativas em todo o País, o Concurso foi concebido de forma regionalizada considerando-se, para efeito de atribuição de prémios, o território nacional repartido nas seguintes 8 zonas:

- Zona I — Distritos de Bragança, Vila Real e Guarda.
- Zona II — Distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo.
- Zona III — Distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria.
- Zona IV — Distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.
- Zona V — Distritos de Castelo Branco, Viseu e Portalegre.
- Zona VI — Distrito de Évora, Beja e Faro.
- Zona VII — Região Autónoma da Madeira.
- Zona VIII — Região Autónoma dos Açores.

E para acentuar bem o carácter regional o regulamento prevê que as reuniões do júri de selecção se efectuem nessas mesmas zonas com participação das entidades locais.

4. Serão atribuídos três prémios aos três melhores projectos de cada zona — de 500, 300 e 200 contos — desde que os mesmos disponham de viabilidade técnica, económica e financeira, ponderando-se cuidadosamente as características de cada um no que respeita a:

- inovação
- importância regional e sectorial
- criação de postos de trabalho
- utilização de tecnologia e recursos nacionais
- contribuição para a melhoria do saldo da balança comercial.

Os projectos premiados nas 8 zonas concorrem ainda aos seguintes prémios especiais:

- Prémio inovação, 500 contos;
- Prémio tecnologia nacional, 500 contos;
- Prémio exportação/substituição de importações, 500 contos.

Além dos prémios pecuniários cuja utilização (entrega) será conjugada com a realização do investimento, os premiados terão assegurado o acesso a nível adequado de financiamento e os máximos benefícios possíveis no âmbito do IAPMEI.

5. Para avaliar da importância deste concurso basta referir que, a serem atribuídos todos os prémios, ficarão em condições de imediato lançamento, com financiamento e incentivos assegurados, 24 novos projectos industriais, conduzidos por 24 novos empresários, abrangendo todo o País — alguns deles em regiões onde se não tem verificado qualquer dinâmica de industrialização.

Este concurso interessa em especial aos jovens com capacidade de iniciativa e realização, pois dá-lhes a possibilidade de reunir os meios financeiros de

que não dispõem e de assegurar o seu próprio emprego. Constitui um desafio ao sentido de responsabilidades da juventude.

Pretende-se igualmente mobilizar para uma acção comum no sentido da promoção do investimento e da criação de novas empresas todas as entidades mais directamente ligadas aos assuntos económicos, designadamente universidades, associações empresariais, centros de investigação científica e associações profissionais.

As pequenas empresas artesanais e familiares poderão também encontrar neste concurso uma oportunidade de acesso para um estágio técnico que permita a sua continuação em moldes competitivos.

Está presente nas nossas preocupações contribuir validamente para o abrir de novas perspectivas à indústria nacional e para uma mudança de atitudes nas relações Banca/Empresário ao nível dos balcões.

É de salientar que a Caixa e o IAPMEI põem ao serviço desta iniciativa uma rede de balcões que cobre estrategicamente todo o território nacional.

6. Tarefa de primordial importância caberá aos órgãos de comunicação social, no apoio ao processo de criação de empresas e de novos postos de trabalho, através da divulgação de experiências concretas que possam ser tema de debate colectivo, contribuindo deste modo para o despertar de novos projectos. É um apelo que aqui se faz.

7. Esperam os promotores do Concurso que, além dos premiados, um número apreciável de outros projectos reúna condições de êxito que permitam assegurar a sua concretização. A campanha de divulgação do concurso foi programada por forma a ser vasta e diversificada, e de modo a que nenhum potencial investidor deixe de levar por diante o seu projecto por desconhecimento da oportunidade que agora lhe é proporcionada.

O concurso estará aberto de 17 de Março a 17 de Setembro de 1980.

«Jornal de Vale do Lobo»

É o título de um novo jornal que há dias nos deu o prazer da sua visita e representa mais um sintoma do dinamismo que caracteriza a Empresa Vale do Lobo, uma importante organização turística do nosso concelho que se propõe desenvolver ainda mais aquele recanto paradisíaco do Algarve.

Jornal «Vale do Lobo» é um mensário de distribuição gratuita, especialmente dedicado àquele complexo turístico, mas focando também outros aconteci-

Fornecimento de água no Algarve

O Algarve vai ver reforçado o fornecimento de água ao público.

Nesse sentido, o Ministério das Obras Públicas adquiriu a uma firma estrangeira alguns perfuradores de alta capacidade que irão actuar especialmente em Albufeira e Vila Real de Santo António.

As perfurações, algumas a atingir cerca de 750 metros, têm por fim descobrir caudais de água que possibilitem um maior afluxo daquele líquido para o abastecimento público.

Segundo Adolfo Gonçalves, subdirector da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, toda a zona sul algarvia irá ser sujeita a estas prospecções.

NOITE DE S. PEDRO

festejada no Hotel D. Pedro

Assinalando os festejos populares de S. Pedro, a Direcção do Hotel D. Pedro (Vilamoura) proporcionou aos seus numerosos hóspedes e convidados uma alegre noite popular, onde não faltou nem a típica sardinha assada na brasa, nem as febras de porco, nem o bom vinho da Herdade do Rio Frio, do Montijo, integrada nas organizações do Hotel D. Pedro, e da qual também aliás faz parte a Quinta da Saudade, na Canha e ainda os hotéis «Vermar», em Póvoa de Varzim, «Fundador», em Guimarães e «Machico», na ilha da Madeira.

Tocando músicas características populares, a Banda Artistas de Minerva, de Loulé, animou

extraordinariamente o ambiente de contagiante alegria, para o que aliás também contribuiu a actuação do Rancho Folclórico de Luz de Tavira, com as suas danças e cantares sempre muito apreciados pelos turistas estrangeiros.

O cocktail-party e o Barbecue decorreram nos magníficos jardins do Hotel, que é local particularmente aprazível para as quentes noites do nosso Algarve.

Agradecemos à direcção do Hotel D. Pedro a gentileza do convite, o qual nos proporcionou uma noite de agradável convívio com amigos e conhecidos.

Lions Clube de Quarteira em actividade

Na Aldeia das Açoteias realizou-se há pouco uma reunião do Lions Clube de Quarteira, para apresentação do plano de actividades daquela benemérita instituição.

Presentes dirigentes e sócios da nossa Província e do estrangeiro e representantes da Comunicação Social.

Após o cumprimento das normas protocolares e a invocação a Deus, usaram da palavra Renato de Sousa, presidente, Mokkan, Hesseram, presidente do Clube de Bermudas; Ivo Tomas Mac-Millan, vice-presidente do Club de Lisboa; Daniel von Der Voort, vice-presidente do Clube de Quarteira; Alberto Gomes dos Assuntos Sociais; eng.º Sousa Otta, da Comissão Instaladora da Universidade do Algarve; Carlos Jorge Henrique, das relações externas; Gonçaves Pereira, director de animação, e prof. João Machado Figueira Andrade, inspector do Ensino Particular, da Associação de Apoio a Idosos, de Faro, que salientou o significado e a importância deste movimento, que visa a ajuda e o amparo a pessoas deste sector da vida social.

Sobre este tema, houve vivo debate, em que foram esclarecidos aspectos de grande interesse para a 3.ª Idade.

Foi também salientada a in-

declinável necessidade de uma larga campanha ao serviço das crianças deficientes mais necessitadas da nossa Província, através de encontros de esclarecimento e do uso de material técnico verdadeiramente actualizado.

JOSÉ VITORINO

e as presidenciais

José Vitorino disse em Lagos que o General Ramalho Eanes «o candidato possível e desejável para o PCP».

O Governador Civil de Faro, que discursava num jantar promovido pelo PSD, justificou esta posição pela «impossibilidade de o PCP eleger um candidato próprio» e por este partido não atacar o Presidente da República.

Quanto ao PS, José Vitorino afirmou só poder eleger um candidato «com o apoio dos votos do PCP», o que, referiu, implicará cedências dos socialistas.

O PS «não consegue um candidato próprio à Presidência da República e tem que aceitar o que lhe é imposto pela facção comunista do Conselho da Revolução», afirmou.

O dirigente social-democrata disse existirem dois tipos de consenso: «o que constitui uma burla político-social, assente em algumas frases e chavões, e é defendido pelo PS e pelo PCP» e o «verdadeiro consenso que levava todos os portugueses a colaborar na recuperação nacional».

José Vitorino criticou ainda o facto de, para o PS e o PCP, a candidatura de Eanes ser positiva, enquanto para aqueles partidos a candidatura do General Soares Carneiro é «lesa-Pátria».

Manuel Filipe Roque Semião

Assumiu há dias as funções de Gerente da Agência de Távira da Caixa Geral de Depósitos o nosso conterrâneo, assinante dedicado e prezado amigo sr. Manuel Filipe Roque Semião, funcionário da Agência de Loulé há cerca de 10 anos, desempenhando ultimamente as funções de Chefe de Sector.

Funcionário muito dedicado e competente, atencioso e apurado, Filipe Semião vê assim legitimamente compensado um trabalho que sempre tem desenvolvido com perspicaz inteligência e verdadeiro sentido profissional. Jovem, ainda, tem portanto um brilhante futuro à sua frente.

Endereçamos-lhe os nossos parabéns e desejamos-lhe um feliz desempenho das suas novas funções na cidade do Gilão.